



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/UBÁ
Graduação em Psicologia

**ESPAÇOS FÍSICOS NO DOMICÍLIO: O OLHAR DA PSICOLOGIA AMBIENTAL
E DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

*Physical spaces in the home: the view of environmental psychology and
child development*

Leidiane Eunice de Souza Carvalho¹; Lucimar Freitas de Amorim².

¹Discente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos-FUPAC.

²Psicóloga; Especialista em Neuropsicologia Clínica e Educacional pelo Centro Superior de Juiz de Fora – CES JF; Especialista em Estimulação Precoce e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Pestalozzi – Niterói, RJ; Especialista em Psicomotricidade pela FMU, S.P.; Professora da Faculdade Presidente Antônio Carlos-FUPAC.

RESUMO

Este trabalho trata-se de revisão de literatura, sendo utilizadas as bases de dados Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), livros. Foram incluídos estudos originais quantitativos, qualitativos e método misto, publicados entre 2011 e 2022, sendo excluídos monografias, teses e dissertações. A partir dos estudos da Psicologia Ambiental e Psicologia do desenvolvimento, pretende-se subsidiar reflexões sobre a importância dos espaços físicos no domicílio para o desenvolvimento infantil e seus impactos na saúde mental da criança. É evidenciado que o ambiente domiciliar tem influência direta no desenvolvimento da criança na primeira infância. Contudo, mesmo com a relevante necessidade de ambientes planejados, a realidade de cada família enfrenta diversos desafios para efetivar as ações de estímulos apropriados levando em consideração as individualidades de cada família e criança. Conclui-se que o devido planejamento e cuidado com o espaço físico no domicílio pode propiciar significativo impacto no desenvolvimento e saúde mental da criança desde a primeira infância, havendo lacunas a serem preenchidas com investigações científicas.

Palavras-chave: ambiente, desenvolvimento, criança, psicologia, saúde mental.

ABSTRACT

This work is a literature revision, using the database of Academic Google, Scientific Electronic Library Online (Scielo), Electronics periodics of Psychology and books. We also included some quantitative original studies, qualitative and mixed methods, all of them were published between 2011 and 2012, monographs, thesis and dissertation were removed. By means of Environmental Psychology and Developmental Psychology, we aim to discuss the importance of physical spaces at home for infant development and their impacts on a child's mental health. It is possible to notice that the home environment has some direct influences in a child's development in the first childhood. Nevertheless, even with a relevant necessity of a planned environment, the reality of each family faces some challenges to effect some actions related to suitable stimulus considering individualities. We conclude that because the care and planning related to the physical space at home can provide a meaningful impact on a child's development and mental health since her first childhood, when there are gaps to be filled with scientific investigations.

Keywords: Environment, development, child, psychology, mental health

Correspondência:

Nome: Leidiane Eunice de Souza Carvalho

E-mail: leidianeunicecarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

A moradia, habitação, casa, lar e lugar deveriam ser um bem de acesso a todos. Morar também significa viver com dignidade (CFP, 2019). A interlocução da psicologia com a questão da moradia implica no princípio do compromisso social, já que a atuação e a construção do conhecimento da Psicologia está sempre vinculado à sociedade, acompanhando e se transformando conforme as demandas da população (Siqueira, 2019).

Através do viés da Psicologia do Desenvolvimento (PD) e Psicologia Ambiental (PA), o estudo aborda reflexões sobre a importância dos espaços físicos no domicílio para o desenvolvimento da criança e seus impactos na saúde mental do infante. Após o contato com crianças que apresentaram algum tipo de intercorrência em sua saúde mental, tendo em vista o mau planejamento do ambiente e rotina familiar (falta de rotina, desorganizada e desestruturada), observou-se a necessidade de contribuições da Psicologia ambiental para o desenvolvimento da criança e de sua saúde mental. Sendo assim, pretende-se destacar os possíveis benefícios para o desenvolvimento infantil através de um ambiente domiciliar planejado e estruturado.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a primeira infância (0 à 3 anos) é considerada uma fase extremamente sensível para o desenvolvimento do indivíduo. É o momento de formação de toda a sua estrutura emocional e afetiva, e desenvolvimento de áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado. Nesse momento, as crianças na primeira infância estão mais vulneráveis, porém favorecidas pela plasticidade, o chamado período sensível do desenvolvimento cerebral.

O desenvolvimento é definido como um processo de mudanças nas estruturas físicas, neurológicas, cognitivas e comportamentais, que ocorrem de forma ordenada e são relativamente duradouras. Portanto, o desenvolvimento infantil é multifatorial, resultado da combinação de fatores biológicos, ambientais, familiares e sociais, de risco ou de proteção, que culminam em um desenvolvimento único. Quando é possível maximizar ganhos, minimizar perdas na primeira infância, tornando-a satisfatória para desenvolvimento. Assim, possibilita-se alcançar potencialidades de futuros cidadãos mais bem resolvidos e que contribuam para a sociedade com mais assertividade e equilíbrio emocional, capazes de enfrentar adversidades que a vida oferece (Pereira et al., 2020).

Múltiplos fatores influenciam a aquisição de competências, incluindo saúde, nutrição, segurança, cuidado e aprendizagem precoce. Esses domínios interagem uns com os outros e podem ser mutuamente reforçados por meio do processo de desenvolvimento natural (Pereira

et al., 2020). Nesse sentido, o ambiente, a habitação e a saúde não devem ser tratados como independentes, pois requerem visões transdisciplinares. Fatores socioculturais, econômicos, políticos, organizacionais relativos ao desenvolvimento humano saudável e seguro devem ser levados em consideração (Cohen et al., 2019).

Desse modo, o ambiente domiciliar tem influência significativa no desenvolvimento da criança na primeira infância. Contudo, mesmo com a relevante necessidade de ambientes planejados, a realidade de cada família enfrenta diversos desafios para efetivar as ações de estímulos necessários para o desenvolvimento infantil. Seguindo esse raciocínio, a primeira parte deste estudo traz aproximações da Psicologia Ambiental e do Desenvolvimento. A parte dois traz considerações acerca do ambiente domiciliar estruturado e o uso dos espaços pela criança. Na última parte, são abordados alguns desafios e contribuições da PA para discussão sobre a necessidade de espaços planejados para o desenvolvimento da criança.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo subsidiar reflexões sobre a importância dos espaços físicos no domicílio para o desenvolvimento infantil e seus impactos na saúde mental da criança. Dessa maneira, colabora com o meio acadêmico, científico, social e familiar, apontando informações sobre as contribuições da Psicologia Ambiental e a do Desenvolvimento sobre o uso dos espaços físicos no domicílio, pois são escassas as investigações deste campo temático.

DESENVOLVIMENTO

Psicologia Ambiental e do Desenvolvimento: aproximações

A Psicologia Ambiental e do Desenvolvimento possuem características que juntas proporcionam contribuições significativas para estudos e intervenções nos primeiros anos da criança. Cada uma com suas pontuais particularidades, porém com aproximações que transpassam dimensões físicas e sociais (Santos & Santos, 2022).

A Psicologia Ambiental corrobora com os estudos referentes à infância, sendo entendida como uma disciplina que se propõe a investigar a relação entre pessoa-ambiente a partir da perspectiva de que ambos estão inseridos em um sistema de influência mútua. Em uma visão mais atual, pessoa e ambiente são vistos inseridos em um sistema de inter-relação, em que se definem e se modificam de forma concomitante. Nessa perspectiva, é possível verificar duas características principais na PA: construção do conhecimento científico a partir da abordagem multimétodos e a interdisciplinaridade. Entretanto, sugere-se, para futuras pesquisas, ressaltar questões culturais nas investigações pessoa-ambiente abordando aspectos

relacionados ao modo como influenciam visões de mundo, construções urbanas e privadas (Hodecker et al., 2019).

Além desse diferencial, a PA busca promover espaços mais harmônicos e confortáveis, como também sustentabilidade ambiental e bem-estar humano por meio do estudo do ambiente circundante. Busca adotar algumas ações durante o estudo nesse campo: 1) a relação pessoa-ambiente no contexto natural, sendo analisada em sua totalidade; 2) abordar a relação pessoa-ambiente de forma holística; 3) incorporar diversas perspectivas teóricas para tentar explicar o fenômeno estudado; 4) ressaltar o social aliado à relação homem e ambiente; 5) abordar o fenômeno de forma multiprofissional e interdisciplinar; 6) buscar a aplicação do conhecimento em PA para melhorar a qualidade do ambiente, e, conseqüentemente, à saúde de seus usuários (Hodecker et al., 2019).

Portanto, ela considera o indivíduo sempre no ambiente, não à parte dele. Existem diversas formas de abordar essa relação pessoa-ambiente, com método mais centrado na pessoa ou no lugar, assim como em ambos. As técnicas investigativas e avaliativas em PA são compostas por questionários, entrevistas, ambiente fotografado, mapeamento comportamental, cognitivo e/ou afetivo, análise de vestígios ambientais, autobiografia e construção de maquetes (Hodecker et al., 2019).

A abordagem multimétodos e a multidisciplinaridade em PA é constatada no cruzamento de profissões, desde aquelas que possuem como especialidade o ambiente físico (Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo, Geografia) e as que focalizam aspectos psicológicos (Psicologia), sociais (Sociologia, Antropologia), bem como aspectos biológicos e orgânicos (Biologia, Medicina). Tais saberes contribuem para a área de maneira efetiva (Hodecker et al., 2019). Na integração entre as disciplinas de arquitetura e psicologia, por exemplo, vários conceitos podem ser estudados, tais como: equilíbrio, configuração, forma, desenvolvimento, espaço, luz, cor, movimento, dinâmica, expressão, sensação e percepção, a fim de auxiliar processos do desenvolvimento (Niehues & Souza, 2015).

A PA está constantemente em produção de conhecimento junto a qualificação técnica. É eticamente comprometida com os direitos humanos e com as ciências. As contribuições para produção de referências teóricas e empíricas que qualificam essas atuações, tanto de psicólogos como de profissionais de outras formações com quem é compartilhado tais saberes. Sendo assim, produz referências da área para práticas e intervenções, contribuindo para elaboração de modelos e críticas importantes sobre formas de atuar com grupos etários em diferentes contextos e áreas (Pizzinato et al., 2021).

No que diz respeito a Psicologia do Desenvolvimento, essa é considerada como

heterogênea, tendo em vista a complexidade dos processos de desenvolvimento. Ela tem por propósito o estudo dos processos psicológicos no curso da vida e suas relações com os contextos biológicos, culturais e sociais. Em sua história, essa área de pesquisa tem oferecido um conjunto de conhecimentos que fundamenta políticas e práticas pedagógicas, de saúde e assistenciais sobre os diferentes tempos do desenvolvimento humano na maioria dos contextos nacionais (Pizzinato et al., 2021).

O desenvolvimento infantil está totalmente vinculado a fatores ambientais, sociais e culturais, com os quais as crianças se relacionam em sua vivência diária, desde os primeiros dias de vida. O infante inicia sua relação com o ambiente primeiramente por meio da exploração do corpo, interagindo com o meio, modificando-se e adaptando-se a este de acordo com suas necessidades, o que acaba favorecendo o desenvolvimento de sua identidade social. Num ambiente com restrições espaciais e vulnerabilidade socioambiental, reflete nas crianças vivências de riscos constantes sejam eles, psicossociais ou físicos. Por outro lado, essas crianças podem desenvolver habilidades de negociação coletiva e plasticidade de uso social do espaço de forma significativa (Cruz, 2011; Pereira et al., 2019).

Portanto, compreende-se que, apesar de todo o contexto denso e de vulnerabilidade socioambiental ou negligências vivenciadas, as crianças podem passar a incorporar, cognitivamente e afetivamente, experiências que lhes permitam aprender a lidar com as adversidades encontradas no dia a dia. Passam a desenvolver habilidades de socialização, resolução de problemas, facilidade de negociação e plasticidade de uso social do espaço de forma significativa. Assim, é possível notar que mesmo com os desafios do contexto denso e socioambiental vulnerável, essas crianças podem passar a adaptar experiências efetivamente, permitindo com que elas lidem com vários níveis de desafios adversos em seu cotidiano (Cruz, 2011; Pereira et al., 2019). Porém, crianças que têm ambientes socioambientais favoráveis, têm a oportunidade de desenvolver-se de maneira positiva e proveitosa, o que colabora para sua saúde mental e equilíbrio social (Zacarias & Higuchi., 2021).

Fatores como sensação de (in)segurança e tipologia habitacional podem limitar ou estimular o uso desses espaços e a apropriação dos espaços de convívio em comum com outras pessoas (Müller & Lima, 2017). De acordo com Carvalho (2019), existe uma quantidade considerável de pesquisas internacionais nessa linha, contudo, ao se pensar no domicílio, mais especificamente nos quartos das crianças brasileiras, por exemplo, tais estudos são escassos e é inevitável a observância da grande desigualdade no acesso à moradia e aos bens de consumo do país.

Com as crianças, as experiências sensoriais são muito mais impactantes. Como a sua

aquisição de conhecimento ainda se encontra em fase de elaboração, tudo que lhes apresenta é apresentado é dissecado através das sensações que conseguem obter pela experimentação. Assim, o contato da criança com o espaço que a cerca lhe permite processar e elaborar as informações provenientes do meio. Quando um espaço é bem projetado e sabe-se usufruir da arquitetura em toda a sua essência, o ambiente implica em bem-estar e desenvolvimento global da criança. A aplicação da interdisciplinaridade entre a arquitetura e a psicologia em ambientes infantis pode-se oferecer melhores condições e conforto emocional às crianças. Trazendo assim benefícios ao crescimento e as deixando mais satisfeitas dentro do espaço (Niehues & Souza, 2015).

A desorganização do espaço repercute negativamente na vida das crianças, influencia na sua visão do mundo, formação da personalidade e na organização mental. Assim, vemos, claramente, que a desigualdade ambiental expressa também a desigualdade social: as camadas empobrecidas da população estão mais expostas aos riscos decorrentes da localização e da vulnerabilidade de suas moradias (Rede Nacional Primeira Infância, 2020). Para a PA, os ambientes são compreendidos como únicos e dotados de qualidades que dependem fortemente de quem o percebe e sua subjetividade. Diante de tais problemáticas, é necessário estudar os fenômenos envolvidos, investigando a necessidade do espaço para cada domicílio e demanda da criança (Cavalcante & Elali, 2021).

A Psicologia do Desenvolvimento aponta que fatores ambientais, sociais e culturais com os quais as crianças se relacionam em seu cotidiano, desde os primeiros dias de vida, influenciam em seu desenvolvimento. Assim, a junção dessas duas áreas independentes, unidas, geram propostas cabíveis para contribuir com a qualidade do desenvolvimento na primeira infância dentro de ambientes domiciliares (Cruz, 2011).

Ambiente domiciliar estruturado e o uso dos espaços pela criança

A estrutura física dos domicílios é composta por espaços interiores e exteriores que se constituem como um dos primeiros meios de experiência de vida da criança. A partir disso, o espaço, a mobília, os brinquedos e a atenção prestada pelos cuidadores passam a interagir diretamente com a criança, tendo um papel formador de estímulos no lar com repercussões no desenvolvimento motor infantil. Porém, com a marcante vulnerabilidade social que vivemos no Brasil, não é possível aplicar um padrão ideal baseado em uma classe social, a todos os domicílios para crianças na primeira infância. Apesar disso, vemos que o nível socioeconômico pode ser, ou não, um fator interveniente para este processo, onde aponta-se o

trabalho da PA com o foco na maximização de ganhos e minimização de perdas (Padilha et al., 2014).

É preciso levar em consideração que o desenvolvimento infantil (DI) é um processo delicado, repleto de desafios, que envolve múltiplos aspectos, sendo parte deste, o crescimento físico, a maturação neurológica, construção de habilidades no que se refere ao comportamento, cognição, afetividade e o social da criança. Portanto, sabe-se que o desenvolvimento infantil é influenciado por fatores genéticos, ambientais, sociais e exposição a riscos biológicos além dos psicossociais. O ambiente domiciliar vem sendo apontado como o fator extrínseco que influencia esse desenvolvimento, de maneira facilitadora, que beneficia ou desfavorável, que prejudica o ritmo deste processo. Dessa forma, os cuidadores devem proporcionar um ambiente mais propício, visto que o contexto familiar é um dos mais importantes, principalmente nos primeiros anos de vida da criança (Padilha, 2014).

Fatores ligados a más condições de vida, baixa renda familiar, baixa escolaridade dos pais e o grande número de irmãos, quase sempre presentes na realidade das periferias das grandes cidades brasileiras, são elementos frequentemente citados na literatura como fator dificultador para o desenvolvimento infantil. Os autores Filho et al. (2011) também apontam que a presença de estímulos favoráveis ao DI, juntamente com a organização do ambiente domiciliar, presença de objetos, brinquedos estimulantes, de materiais de aprendizagem, incentivo pelo cuidador, são escassos e deficitários, se tratando de famílias de baixa renda, em pobreza extrema.

A literatura associa extensamente o DI à qualidade da estimulação ambiental. Entretanto, são escassos os estudos que verificam se tal associação tem relação com as habilidades funcionais da criança. Posições, brinquedos e materiais que mantêm a criança mais restrita e menos ativa exercem influência negativa. Por outro lado, brinquedos que oportunizam um maior deslocamento e interação favorecem as habilidades funcionais de mobilidade e função social. Tendo isso como base, as oportunidades oferecidas pelo ambiente domiciliar podem interferir na aquisição de habilidades funcionais de mobilidade e função social de crianças na primeiríssima infância (Lima et al., 2022).

Mas vale destacar que o brincar é um ato que vai além de um brinquedo. É algo que pertence à criança e é resultado de uma série de atividades físicas, mentais, emocionais e sociais. Dessa forma, quando se refere a espaços estimulantes, o ambiente natural é um bom exemplo, que se caracteriza por um espaço aberto onde a criança pode entrar em contato com o ar e o céu, com luz e sombra, com a vegetação, a terra, água e alguns animais. Observe

esses elementos, suas partes constituintes e aos incluir no dia a dia da criança pode-se obter experiência e aprendizado para o desenvolvimento (Sumares, 2018).

É preciso garantir brincadeiras livres para as crianças, proporcionando-lhes mais oportunidades de desenvolver suas habilidades e as utilizando na realidade. Dessa forma, é preciso valorizar o brincar livre além do brincar guiado. Pode ser possível viabilizar que a criança comece a elaborar brincadeiras com o que tem interesse e acesso, desde panelas na cozinha até sapatos no quarto, interagindo com o ambiente ao seu redor, aprendendo sobre si e o que está no seu entorno. Assim, tais experiências passam por oferecer às crianças um diálogo constante também com sua cultura. Isso indica que o brincar livre, não é contrário a outras formas de ensino (Sumares, 2018).

A maneira propicia que se espera que ocorra a estimulação da criança no ambiente domiciliar tem por modulação o ambiente físico aliado ao estilo de criação, formas e processo de aprendizagem, atividades, experiências com a família e no social, o que viabiliza vivências diversas à criança. A estimulação que os bebês recebem no ambiente domiciliar pode envolver parabenizações por suas conquistas diárias, como uma forma de reforço, correção por meio de diálogo, incentivo por meio de leitura, passeios em família, participação de festas infantis. Além disso, a tipologia familiar e a idade do cuidador também são variáveis a serem consideradas (Orozco et al., 2022).

Para muitas crianças, as oportunidades de estímulos domiciliares são os principais catalisadores da aprendizagem, por ser o local onde passam maior parte do tempo e por permitir a vivência de diferentes experiências sensoriomotoras (Silva et al., 2015). Observa-se que, dentro do ambiente familiar, na rotina da criança é importante o envolvimento entre pais, cuidadores e irmãos com atividades ao ar livre e brincadeiras. Assim, o brincar com brinquedos de várias maneiras diferentes, reflete a exploração e a descoberta de suas possibilidades, o que pode aumentar as oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, imaginação e de habilidades. O tipo de brinquedo pode melhorar o desenvolvimento das sensações, movimentos finos, e potencializar a capacidade cognitiva da criança, como pode também ser uma forma de treinamento para sua capacidade de pensar, raciocinar, ponderar riscos, de modo que ele possa enfrentar um ambiente em mudança mais facilmente (Pereira et al., 2019).

Os brinquedos produzidos dos pela própria criança e/ou adulto próximo em seu ambiente podem criar a oportunidade de estabelecer significados no processo de sua criação. Qualquer material pode ser transformado em brinquedo, o que dá à criança a oportunidade

de vivenciar o processo criativo, que passa a ser mais importante que o próprio produto, e a brincadeira é mais sobre a construção do objeto do que sobre o elemento em si. Brinquedos recebidos prontos, muitas vezes, passam a ser apenas um objeto de consumo e um adorno no ambiente que não estimula a criatividade, a fantasia e o brincar das crianças (Sumares, 2018).

Pesquisas que trabalham sobre a temática ambientes restauradores investigam fatores que contribuem para o bem-estar humano e fortalecem o movimento interdisciplinar entre psicologia, saúde, prevenção, educação, arquitetura e planejamento urbano. Dadas as exigências do dia a dia das pessoas, ambientes com características promotoras de recuperação relacionadas à redução do estresse são cada vez mais importantes para as pessoas modernas. A experiência de ambientes físicos visualmente agradáveis auxilia a reduzir o estresse, pois oferecem sensações que produzem emoções positivas, reduzem pensamentos negativos e permite a restauração da excitação fisiológica, assim, um ambiente saudável passa a identificar variáveis relacionadas à recuperação cognitiva, emocional e habilidades (Gressler & Günther, 2013).

Tendo em vista que crianças na primeira infância estão deslocando-se por uma fase crucial do seu desenvolvimento, passando de seu autodescobrimento para o descobrimento do outro, ampliando sua visão de lugar e pessoas, elas exigem cuidados e estímulos para promoção da sua identidade pessoal. De tal forma, entende-se que o arranjo espacial e o planejamento do ambiente domiciliar favorecem e promovem o desenvolvimento infantil (Higuchi, 2019).

Em sua pesquisa, Pereira et al. (2019) avaliaram os tipos de brinquedos e práticas familiares que potencializam o desenvolvimento cognitivo infantil, onde torna-se necessário o entendimento desses recursos ou objetos na rotina diária, para estimulá-las ou evitar possíveis atrasos. Além da preocupação com a disposição dos elementos em propostas de espaços, há a necessidade do mobiliário ter características que possibilitem a autonomia das crianças, portanto, os materiais diversificados devem ser proporcionais e acessíveis para composição de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento.

Ainda nesse sentido, o uso dos espaços e as atividades rotineiras desenvolvidas no domicílio podem aproximar os adultos/cuidadores e as crianças, ensinando sobre o que é o mundo e sua cultura, sobre a forma de garantir bem-estar, como o lugar de dormir, a comida, a limpeza da casa. Deve-se observar como a criança se organiza, o que a favorece em termos de exploração e criação. Muitas vezes, o espaço é organizado a partir de

pressupostos que o adulto tem, sendo essa, uma lógica que nem sempre favorece as crianças. É essencial espaços potencialmente geradores de experiências, aconchego, estímulos e bem-estar geral para as crianças e adultos. Tais espaços promotores de autonomia e descobertas devem ser projetados de maneira funcional, para, assim, gerar a organização das crianças. Planejar o ambiente possibilita a estruturação física com utilização de objetos, mobiliário, cores, como geradores de estímulos positivos e potencializadores para o desenvolvimento infantil (Silva et al., 2015).

Desafios e contribuições da Psicologia ambiental para o desenvolvimento infantil

Fatores ambientais são grandes contribuintes para atrasos no desenvolvimento e para o bem estar da criança. Tendo isso como base, o grande desafio da PA é buscar alinhar os diversos fatores do desenvolvimento na primeira infância e contribuir com técnicas práticas e viáveis a toda população e levar a reflexão do governo a sua devida participação e possíveis contribuições a projetos socioambientais (Scopel et al., 2012).

Psicólogos ambientais perpassam por esse grande desafio e buscam trazer contribuições através de estudos e pesquisas para agregar praticidade e suporte para a elaboração de ambientes domiciliares favoráveis ao desenvolvimento. Tendo em vista o papel fundamental da família em uma atuação estimuladora e protetora, a PA busca analisar evidências rotineiras da prática familiar para criar possíveis soluções aos ambientes físicos domiciliares, onde objetivam a efetivação de um maior grau de estabilidade familiar, refletindo no desenvolvimento da criança (Hodecker et al., 2019).

A compreensão da interface entre habitação saudável e biossegurança é essencial para embasar políticas públicas saudáveis e promover ambientes favoráveis à saúde, que priorizem como objeto de estudo a análise dos riscos, no sentido da construção de ambientes mais seguros para a vida e que valorizem a qualidade ambiental e o bem-estar. Assim, objetiva-se levantar dados pertinentes ao ambiente físico de forma participativa, levando-se em conta o essencial para o processo de planejamento do ambiente a ser construído, uma vez que preenche de significados do espaço físico, aproximando-o das necessidades reais, tornando, assim, o projeto mais sustentável (Cohen et al., 2019).

O desafio constante da PA é equilibrar a metodologia de habitação saudável, interagindo com cenários reais, com o compromisso dos profissionais na articulação e integração comunitárias e de desenvolvimento social organizado. Assim, com o foco em

efetivar promoção da saúde em iniciativas habitacionais, observa-se que é fundamental manter constantemente a linha de pensamento entre habitação, saúde e ambientes promotores de saúde (física, mental e emocional). Vê-se que habitação vai além de espaço físico, transpassando para o sociocultural, técnico-sanitário e psíquico no lugar de qualidade habitável, o que nos alerta mais uma vez sobre a relevância em considerar-se alguns requisitos de habitação saudável como: a relação de vizinhança equilibrada, funcionalidade de cada espaço interno, flexibilidade do espaço, infraestrutura de serviços e equipamentos básicos, racionalidade das soluções do espaço, qualidade e durabilidade das construções, segurança habitabilidade urbana e da unidade habitacional, é importante para a promoção e proteção da saúde humana. De tal forma, é possível realizar configurações esperadas da habitação traduzida pela forma espacial de cada cômodo e pela verdadeira acessibilidade do ambiente físico (Cohen et al., 2019).

Se tratando de espaços para crianças em processo de desenvolvimento, são necessários cuidados que garantam a segurança e integridade (física e emocional) da criança, que permeiam desde estímulos a enfrentar desafios e buscar novos patamares para seu desenvolvimento por meio do aprimoramento de suas competências e do ganho de autoconfiança. Entendendo-se que o ambiente sóciofísico tem um importante papel no processo de desenvolvimento e na promoção da identidade pessoal, onde chama-se a atenção para o arranjo espacial e a docilidade ambiental como elementos que favorecem o uso do espaço e promovem a socialização. De tal forma, é de extrema relevância reconhecer o local onde a criança transitará, em termos de aspectos físicos como as dimensões, materiais, mobiliário, condições térmicas, luminosas e acústicas, entre outros e socioculturais como os grupos sociais e etários de representação, manifestações culturais, condições de sociabilidade, exigências e potencialidades. Tal análise desse contexto auxiliará nas fases de planejamento dos ambientes que por resultado final irão acolher e colaborar para a qualidade de vida de todos (Carvalho & Elali., 2019).

Para que ocorra uma qualidade de vida e no desenvolvimento da criança, ambientes construídos necessitam de inserir e valorizar o planejamento dos espaços físicos, para assim irem modificando concepções espaciais, materiais de acabamento, mobiliários, renovação do ar, diferenciais de pressão, circulação do mobiliário e objetos. Dessa forma, pode-se alcançar o objetivo de minimizar eventuais riscos ambientais que possam estar presentes, exigindo um esforço conjunto dos profissionais envolvidos, de modo a estabelecer, no projeto arquitetônico, padrões e normas que assegurem a qualidade ambiental, segurança

necessária, proporcionando a cada espaço suas devidas funções e organização (Cohen et al., 2019).

Logo, o arranjo espacial é determinado até mesmo pela maneira como o mobiliário e outros objetos estão posicionados no ambiente. Tendo isso como base, para favorecer o desenvolvimento de crianças pequenas, podem ser criadas barreiras estruturadas por mobiliário, parede, desnível do solo, entre outros, de modo a funcionarem como desafios aos movimentos das mesmas. Como exemplo, o arranjo espacial habitual de uma sala, onde acontecem brincadeiras e tarefas diárias com as crianças pode ser caracterizado por um espaço central vazio e pela ausência de zonas circunscritas. Esse espaço pode ser transformado por meio da introdução de estantes baixas de madeira, as quais inicialmente permanecem pregadas às paredes laterais do local, gerando para as crianças a sensação de costume e adaptação como os objetos, sendo ajustadas a novas posições a medida em se movimentam (Carvalcante & Elali., 2019).

Assim, Carvalcante e Elali (2019) nos mostram a relação do arranjo tradicional, a presença de zonas circunscritas favorece: - aumento da autonomia das crianças, e redução da sua dependência com relação ao educador; - diminuição da interferência de terceiros nas brincadeiras (voluntária ou não); - permissão de situações de privacidade; - maior envolvimento das crianças com brincadeiras do tipo 'faz-de conta' e 'imitação do cotidiano' (como tomar café, cuidar de bebês, fazer refeições); - estímulo à apropriação do espaço pelas crianças, e sua participação nos ajustes no ambiente. Dessa forma, aponta-se que é fundamental priorizar o arranjo espacial do ambiente com móveis e equipamentos com o devido cuidado nas posições, cores, criatividade, objetos que elaboram significados educativos e um cuidador que exerça estímulos benéficos à fase do desenvolvimento da criança.

Vale mencionar que a relação do ambiente físico com o desenvolvimento gera o elemento sinalizador chamado identidade de lugar (IdL) que remete a forma de comportamentos adotados em função do lugar e dos indivíduos que ali estão, dessa forma, estudos com foco nesse construto têm muito a contribuir na problematização da relação pessoa-ambiente. A pessoa pode se sensibilizar com as questões ambientais e mostrar-se disposta a alterar seu comportamento em prol do ambiente. Quanto mais significativa a IdL for, mais as pessoas tornam-se sensibilizadas e favoráveis à adoção de práticas de preservação e cuidado ambiental (Zacarias & Higuchi, 2021).

A construção da Identidade de Lugar está vinculada a percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos

entornos significativos para o sujeito. Em vista disso, quanto mais saudável, estruturado e propício de estímulos for o ambiente domiciliar, mais benefícios e autonomia a criança passa a adquirir (Cavalcante & Elali., 2017). Levando em consideração tais apontamentos, é preciso se pensar em modos de vida economicamente eficientes, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis (Monteiro et al., 2016).

Sendo assim, é dever da psicologia incluir a questão da moradia e dos outros direitos básicos como algo que diz respeito à vivência e ao sofrimento da população. É preciso ter clareza, ao atuar e produzir conhecimento, pois o profissional da psicologia interfere e transforma a sociedade, colaborando com suas práticas para o desmonte de direitos ou se sua atuação a contribuir para sua garantia, na tentativa de transformar a realidade desigual que gera sofrimento (Siqueira, 2019).

Visando o contexto multidisciplinar, é possível atuar em projetos arquitetônicos de forma multidisciplinar, interagindo com arquitetos, paisagistas, engenheiros civis, engenheiros elétricos, design de interiores, decoradores dentre outros profissionais, somando conhecimento para beneficiar estes seres humanos em desenvolvimento (Silva & Mello, 2017).

No que tange às Políticas Públicas Habitacionais, são diversas as problemáticas enfrentadas pelos profissionais que atuam em ações práticas, sendo notório a realidade de que não há proposta de receita pronta ou caminhos a serem seguidos. O que se propõe são reflexões a respeito do diálogo, a troca de experiências, repensar os fatores que influenciam a interação dos profissionais incluídos em equipes e colocando essa equipe diretamente em contato com aqueles que buscam tais benefícios de forma a acolher as individualidades de cada realidade (Rosa, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de todo percurso deste estudo, entende-se que o desenvolvimento humano ocorre, primeiramente, no ambiente familiar em que se está inserido, proporcionando uma constante interação pessoa-ambiente na medida em que os estímulos repletos de sentidos, possibilidades de aprimoramento de competências e sociabilidade, proporcionam também sensação de segurança, estabilidade emocional e viabilizam a expressão e construção da identidade pessoal da criança. De tal maneira, o estudo aponta que para o desenvolvimento, é de extrema importância reconhecer o local que ele acontece. A observância dos aspectos físicos (dimensões, materiais, mobiliário, acústica, condições térmicas e possíveis riscos)

contextualizados, com análise das variáveis podem alinhar o devido planejamento dos ambientes no domicílio e colaborar para a qualidade de vida das crianças, sendo o domicílio fonte de vínculos fundamentais para toda a vida e de aprendizagem constante.

A literatura associa o desenvolvimento infantil à qualidade da estimulação ambiental. Dessa forma, o ambiente domiciliar vem sendo apontado como o fator extrínseco que influencia este desenvolvimento, de maneira a beneficiar ou desfavorecer, tendo impactos em sua saúde mental, podendo ser fonte de bem-estar e satisfação. Ainda nesse sentido, o uso dos espaços e as atividades rotineiras desenvolvidas no domicílio, podem aproximar os adultos/cuidadores e as crianças, ensinando sobre si mesmos, o que é o mundo e sua cultura, sobre a forma de garantir bem-estar.

Dessa maneira, observa-se que o ambiente estruturado de forma planejada proporciona diversas contribuições para o desenvolvimento da criança e também para a sua organização psíquica. Além disso, a construção da identidade de lugar está vinculada a percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para a criança. Essa elaboração de IdL contribui para a formação do significado de lugar, de família, do social, trazendo símbolos que a criança levará por todas as fases de sua vida.

Com base no tema escolhido, entende-se que o devido planejamento e cuidado com o espaço físico no domicílio pode propiciar significativo impacto no desenvolvimento e saúde mental da criança desde a primeira infância. Contudo, constatou-se que ainda há uma carência em artigos que levantem a elaboração de possíveis contribuições da Psicologia Ambiental para a solução de questões ambientais no domicílio. Porém, com os referenciais levantados para a pesquisa, pode-se concluir a relevância de continuar elaborando estudos para essa demanda.

REFERÊNCIAS

Ambrogi, I. H.(2011). Pro-Posições. *Campinas*, 2 (65), 63-73.

Carvalho, C. N. (2019). Quartos das crianças contemporâneas: a construção de um novo objeto de pesquisa. *Pro-Posições*. 30, e20170176.

Carvalho, C., Igenes, M., Azambuja, G.(2019). Ambientes para crianças pequenas. In.: *Psicologia ambiental em contextos urbanos*. Edição do Bosque.

Cavalcante, S., Elali, G.A. (2017). *Temas básicos em Psicologia ambiental*. Editoras Vozes.

Cavalcante, S., Elali, G.A., (2018). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Editora Vozes.

- Cohen, S.C., Cardoso, T.A.O., Navarro, M.B.M.A., Klegerman, D.C. (2019). Habitação saudável e biossegurança: estratégias de análise dos fatores de risco em ambientes contruídos. *Ensaio, Saúde debate*. 43 (123) 09.
- CRP. (2019). Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional. São Paulo.
- Cruz, Góes, P. (2011). Ambiente Urbano: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços. *Saúde Soc*, 20 (3),702-714.
- Feitosa, H. N, Ricou, M., Rego, S., Nunes, R. (2011). A saúde mental das crianças e dos adolescentes: considerações epidemiológicas, assistenciais e bioéticas. (Impr). *Rev. Bioética*. 259-275.
- Filho, F.L, Medeiros, S.M, Lamy, Z.C, Moreira, M.E.L. (2011). Ambiente domiciliar e alterações do desenvolvimento em crianças de comunidade da periferia de São Luís – MA. (MA) *Ciência e saúde coletiva*, 4181- 4187.
- Freitas, M.A.L, Ferret, J.C.F, (2013). Práticas de intervenção em saúde mental na infância. *Unicesumar*. Cesumar. 1-5.
- Gressler, S. C., Günther, I. A. (2013). Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 487-495.
- Higuchi, M.I.G, Kuhnen, A.,Pato, C. (2019). Psicologia Ambiental em contextos Urbanos. (Florianópolis). *Série sociedade e meio ambiente*, 15-68.
- Hodecker, M., Santos, I. S., Longhinott, M., Schneider, D.R., Kenhner, A. (2019). Uma Sistematização dos Estudos Nacionais em Psicologia Ambiental, 3(2).
- Lima, M.F.R., Costa, L.B., Pereira, D.G., Gomes, W. F., Oliveira, V.C., Morais, R.L.S. (2022). Ambiente domiciliar e habilidades funcionais. *Fisioter Pesqui*. 29(2):196-202.
- Monteiro, F.S.C.T., Carvalho, D.B., Cabral Junior, J.D. (2016). A importância da disciplina de Psicologia ambiental: um estudo de caso em um curso de psicologia da UFPI. *InterEspaço*, 2(6), 311-323.
- Müller, S.C., Ferreira, J.J. (2017). O espaço para crianças produzido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida: estudo de caso na região metropolitana de Belém, PA. *Ambiente Construído*., 17 (2), 97-117.
- Niehues, L.C.O., Souza, C.R.B. (2015). Percepção espacial infantil. *Revista Thêma et Scientia*, Cascavel. 5 (2), 24-33.
- Novais, M. B., Gaspar, M. F. (2016). Suporte social parental e prevenção na primeira infância em contextos de adversidade: A perspectiva de profissionais de educação de infância e saúde mental no Brasil. *Psychologica*. 117-131.
- Orozco, R. L. A., Cardona Cañas María Fernanda, Barrios Arroyave Freddy Andrés (2022). Estimulación temprana en el hogar de infantes que asisten a un centro infantil. *Revista Cuidarte*, 13(1), e2142.
- Padilha, J.F, Seidel, E.J, Copetti, F. (2014). Análise do desenvolvimento motor e qualidade do ambiente domiciliar de crianças pré-escolares. (Santa Maria). *Saúde, santa maria*, 40 (1), 99-108.

- Pereira, L., Guedes, S.C., Morais, R.L.S., Nobre, J.N.P., Santos, J.N., (2019). Recursos ambientais, tipos de brinquedos e práticas familiares que potencializam o desenvolvimento cognitivo infantil. 1-8.
- Pizzinato, A., Souza, L.L., Mouro, V. (2021). . Psicologia do Desenvolvimento: Panorama de Contribuições e Desafios para a Área no Contexto Brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(3), 1-7.
- Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília (DF), 20 de junho de 2020.
- Rosa, A.L.R. (2018). Política Pública Habitacional: desafios da equipe social com a interdisciplinaridade. *Revista Psicologia Política*, 18(41), 86-97.
- Silva, J., Fronio, J., S., Lemos, L., A., Ribeiro, L., C., Aguiar, T., S., Silva, D., T., Vieira, M., T., Neves, L., A., T. (2015). Oportunidades de estimulação no domicílio e habilidade funcional de criança potenciais alterações no desenvolvimento, 25(1),19-26.
- Silva, R.B., Mello, M.M. (2017). a importância do estudo da psicologia ambiental na formação do arquiteto. revista eletrônica de educação da faculdade Araguaia, 11: 383-395.
- Siqueira, B.A. (2019). Um olhar crítico da Psicologia sobre a questão da Moradia: a possibilidade de um trabalho de atenção psicológica em ocupações de moradia. In.: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Psicologia e moradia: múltiplos olhares*. São Paulo: CRP SP, 2019.
- Sumares, G. A. P. (2018). Casa do brincar: espaço para o desenvolvimento da primeira infância. São Paulo. 1-125.
- Zacarias, E.F.J, Higuchi, M.I.G. (2021). Panorama dos estudos sobre identidade de lugar. *Novos cadernos naea*, 24 (1), 57-72.